

Na hora do Apartheid

JOSÉ CARDOSO PIRES

Falamos de direitos humanos — no fundo, é esse o tema da **nossa Constituição** de país livre — a toda a hora, repetimos, para nós próprios e para governo colectivo, os princípios essenciais do Homem e da sua dignidade elementar. Na prática e na letra oficial defendemos o diálogo das nações contra a violência, o direito de reunião — aqui e em todos os quadrantes internacionais; descolonizámo-nos, descolonizando, com todas as emergências pesadas que uma ruptura dessas comporta; e a dois passos do encontro de Belgrado a Rádio não cessa de nos repetir que "Todos os homens nascem iguais". É uma lembrança insistente à nossa razão democrática e ao nosso universalismo cultural (língua e civilização), o único que nos deu História.

Por tudo isto é que temos, em consciência plena, como raros países, assento de direito nas Nações Unidas. E que estivemos em Helsinquia; e que vamos estar em Belgrado; e que não recusaremos nenhuma discussão internacional que vise à independência dos povos e ao exercício da liberdade. Mas onde quer que se põe em causa o homem de hoje e as regras da civilização, o fenómeno do **apartheid** levanta-se como o mais violento e clamoroso atentado à raça humana levado a cabo depois do nazismo e revela-se-nos uma paisagem de massacres, de campos de concentração, de **ghettos** e de extermínio programado.

Fazer o cadastro da "paz afrikhander" corresponde a desfolhar o livro negro de um ultracolonialismo instituído oficialmente na discriminação racial. Sabemos isso: é um lugar-comum da vergonha contemporânea que está publicamente condenado pelas assembleias das nações. Segregação económica, cultural e religiosa, repressão da liberdade familiar, controlo das deslocações dos negros no interior do país, salário escravo, reservas de trabalho, crianças no cárcere — sim, tudo isso se sabe e está estatuído por um complexo aparato legislativo que o Prof. Leslie Rubin, da Universidade de Harvard, resumiu no célebre "Relatório das Duzentas Declarações" por incumbência da ONU.

"Há trinta anos que as Nações Unidas são confrontadas com o racismo na África Austral — diz outro documento das Nações Unidas aprovado em Assembleia Geral (Nov. 1976) — mas esses regimes têm sido insensíveis à persuasão, respondendo ao povo oprimido com a mais cruel opressão, num esforço desesperado para preservar o racismo". Trinta anos. Em trinta anos o mundo clarificou-se: fim da guerra fria e do MacCarthismo, Cuba, Vietnam, Grécia, Portugal, Espanha... tudo mudou e "a opinião pública atingiu na década de setenta uma capacidade de informação que só as estratégias altamente sofisticadas são capazes de contornar", como disse Marshall McLuhan. **Apartheid**, quem o ignora hoje e quem se atreve a justificá-lo como silogismo político? Com que mentiras, mesmo que de crédito provisório? Com que fálicas de liberdade?

Há o silêncio, claro; a recusa ao diálogo, a boicotagem à reunião — o silêncio é a resposta

dilatória dos advogados do diabo à acusação insofismável. E há, evidentemente, os argumentos de desvio que procuram iludir e prolongar por mais um dia a chaga que se explora. E com essas excusas inconsistentes que os aprendizes de fascismo reclamam o absentismo ou a recusa diplomática, quando nem sequer os países que tiram dividendos multinacionais do **apartheid** se exibem de condenar oficialmente a África Austral.

Mas em trinta anos também o mapa africano ganhou novas coordenadas políticas e Portugal tem naturalmente em atenção as perspectivas desse continente e em particular daquelas áreas onde deixámos bases culturais e estruturas de desenvolvimento. Não podemos repetir "o atraso com que em África respondemos ao sentido da História" apontado há dias pelo Presidente da República, nem, evidentemente, "as consequentes precipitações e erros que lhe somámos". Sabemos que, mesmo numa fase conturbadíssima, o rumo africano é irreversível e que a filosofia das influências abandonou, por isso, as fórmulas caducas de intervenção. E que paralelamente os movimentos libertadores não cessarão de aumentar a sua capacidade ofensiva e o prestígio da sua luta. E neles que está, quanto a mim, o sentido da História e a confirmação eloquente desse facto vem da mensagem de Kurt Waldheim que o subsecretário da ONU trouxe à Conferência Mundial contra o Apartheid, o Racismo e o Colonialismo na África Austral que agora se vai realizar em Lisboa:

"O acontecimento mais encorajador deste período internacional foi alcançado pela mobilização da opinião pública contra o **apartheid**. A ONU e todos os organismos internacionais a ela ligados já assumiram o firme compromisso de apoiar uma solução do problema da África Austral capaz de assegurar aos habitantes igualdade de direitos sem distinção de raça ou de cor".

Mais de quarenta países, além de vinte e quatro associações cívicas, religiosas ou políticas, vão estar presentes na Conferência de Lisboa. Significativamente a sua inauguração coincide com a data do massacre do Soweto em que foram chacinadas mais de seiscentas pessoas, em grande parte crianças. Significativamente também foi escolhido o nosso país para este encontro mundial contra o colonialismo e para o presidir a figura prestigiosa do Provedor da Justiça portuguesa. É que em relação aos povos de África temos a ligar-nos a Revolução de Abril e o melhor do que convivemos e partilhámos nesses países de língua comum, e em relação à Justiça afirmamo-nos numa Constituição que é "contra todas as formas de opressão, nomeadamente o colonialismo e o imperialismo".

O sentido da História e o nosso universalismo que acabamos de comemorar em Camões estão nesta alínea e bem expressos. Estão na liberdade que concedemos aqui, como ponto de encontro de diálogo, e naquela que lá fora, seja onde for, não nos dispensamos de ajudar a construir pela negociação e pelo entendimento.